

## Maiorca e Aragão no tempo de Ramon Llull (1250-1300)

## Maiorca and Aragon in time of Ramon Llull (1250-1300)



Ricardo da Costa (Ufes)

**Resumo:** Descrição e análise da situação política dos reinos de Maiorca e Aragão no tempo de Ramon Llull, com ênfase no relacionamento de Llull com os reis Jaime II de Maiorca e Pedro III de Aragão. Esta descrição tem como objetivo a compreensão das circunstâncias históricas que influenciaram os pensamentos políticos de Ramon Llull.

**Abstract:** Description and analysis of the political situation of the kingdoms of Maiorca and Aragon in Ramon Llull's time, with emphasis in the relationship of Llull with the kings James II of Maiorca and Peter III of Aragon. This description has for an objective the comprehension of the historical circumstances that influenced the political thoughts of Ramon Llull.

**Palavras-chave:** Maiorca, Aragão, Ramon Llull, Jaime II de Maiorca, Pedro III de Aragão, Política Medieval, Guerra.

**Keywords:** Maiorca, Aragon, Ramon Llull, James II of Maiorca, Peter III of Aragon, Medieval politics, War.

\*\*\*

Até 1275, quando tinha cerca de 43 anos, Llull viveu basicamente em Maiorca — com uma breve peregrinação a lugares santos na Península Ibérica em 1265, e uma visita a Raimundo de Peñaforte em Barcelona (*Vida Coetânea*, 9, 10). Portanto, seus anos de sua formação intelectual e de seu ideal político foram forjados durante o reinado de Jaime I, o *Conquistador*, e sob proteção do infante Jaime, futuro Jaime II de Maiorca.

Ramon Llull nasceu pouco depois da ilha de Maiorca ter sido tomada aos muçulmanos, em 1229 por Jaime I (SANTAMARÍA: 1979, 91-146). A expansão de Aragão prosseguiu durante a infância de Llull: nos anos 1238-1245, Jaime conquistou o reino de Valência (CATEURA BENNÀSSER: 1997, 19-22). O império almôada cambaleava (WATT: 1974), os pequenos principados da Ocitânia começaram a ser anexados pela coroa francesa, por sua vez apoiada pela Igreja (BONNER: OS, p. 04) — que estava interessada em extirpar a heresia cátara (NELLI: 1980) — e com a concordância tácita de Jaime I, que, neste caso, não desejava uma guerra com a França, além de ter sido pressionado pelo papa Honório III (1216-1227) a não intervir no Languedoc (ENGELS: 1979, 225).

Com esta expansão aragonesa para o sul, uma grande massa de população muçulmana e judia foi absorvida pela coroa de Aragão. Estima-se que os não-cristãos constituíam uma quarta parte do total da população, isto é, mais de 250.000 pessoas de um total de 900.000 (HILLGARTH: 1979, 51). A coroa de Aragão não pôde se expandir mais por terra por que seus vizinhos (França e Castela) passavam por um auge demográfico.

Por esse motivo, sua expansão deu-se pelos mares mediterrâneos: um intenso comércio com o norte da África (até o Egito) e a conquista da Sicília (1282), Sardenha (1323) e o sul da Itália (séc. XV) (HILLGARTH: 1996, 968). Este expansionismo comercial catalão foi acompanhado da formação de uma consciência de identidade cultural, além de um sentimento de cumprimento de uma missão divina, e o fato da própria língua catalã libertar-se da influência cultural ocitânica (RIQUER: 1964, vol. I, 21-196).

Por volta de 1300, o Mediterrâneo ocidental falava o catalão como língua “internacional” para o comércio e a diplomacia (HILLGARTH: 1984, 121). É neste contexto, de expansão cultural e econômica catalã, que a obra de Llull se insere, e também como um dos primeiros modelos da língua literária catalã, ao lado dos escritos da chancelaria real e das crônicas, especialmente o *Libre dels feyts*, de Jaime I de Aragão (FERRAN SOLDEVILA: 1982).

Por sua vez, a ilha de Maiorca possuía características culturais peculiares que imprimiram um tom universalista à obra de Llull. Existiam grupos de imigrantes de várias partes da Europa, inclusive mercadores pisanos e genoveses (HILLGARTH: 1979, 47), muçulmanos, cerca de 40% do total da

população, a maioria era escrava, como resultado da conquista de Jaime I (BONNER: *op. cit.*, 07), e judeus, utilizados pela coroa como embaixadores no Magreb, apesar de uma lei de Jaime I de 1228 proibindo aos judeus ocuparem cargos acima dos cristãos (HILGARTH: 1979, 276).

Até meados da década de 1280 — quando uma onda anti-semita invadiu a ilha — Maiorca, devido a essa pluralidade de procedências, respirou um ar social mais lascivo e tolerante (SANTAMARÍA: 1990, 283). A maioria da população, predominantemente burguesa (no sentido medieval de “residente do burgo”), imprimia um tom de “osmose estamental”, isto é, de amplas possibilidades de ascensão social através do trabalho no comércio (SANTAMARÍA: 1990, 316). Estas características da sociedade maiorquina deram um grande dinamismo à visão social de Ramon Llull e às relações que ele atribui entre o príncipe e seus súditos na *Árvore Imperial* — além de uma importância a esta “burguesia emergente”, em detrimento da nobreza.

O porto de Maiorca, estrategicamente localizado, era um centro de rotas marítimas que se entrecruzavam: do Magreb (proveniente de cinco cidades entre Bugie e Oran), da Europa, Montpellier, Marselha, Gênova e Pisa faziam escala em Maiorca, e depois Minorca (ABULAFIA: 1997, 115). Além disso, os maiorquinos faziam uma navegação de cabotagem ao longo de toda a costa do Magreb, no Canal da Sardenha e na Sicília, com escala em Túnis (DUFOURCQ: 1996, 665).

A primeira referência que a *Vida Coetânia* faz a um monarca é a Jaime II de Maiorca (1276-1311) (*Vida Coetânia*, 2). Llull fez parte de sua corte, quando Jaime ainda era príncipe (antes de 1263, ano de sua conversão). Somente entre 1274 e 1275 a *Vida* volta a falar de Jaime II. O príncipe, infante de Aragão e herdeiro de Maiorca, Rossillón e Montpelier, manda chamar Ramon a esta última cidade para que um frade analisasse suas obras (*Vida Coetânia*, 16). Ramon Llull tinha cerca de 44 anos. Foi quando então rogou ao príncipe que

...fosse edificado um monastério no reino de Maiorca, bem dotado de possessões, no qual pudessem viver treze frades que aprendessem a língua mourisca para converter os infiéis, aos quais todos os anos fossem dados cento e cinco florins de ouro para seu sustento. (*Vida Coetânia*, 17)

Supõe-se que a petição de Ramon Llull ao rei aconteceu em 1275 e que os franciscanos iniciaram lá seus estudos em 1276. A fundação foi confirmada em 17 de outubro de 1276 por uma bula do papa João XXI — curiosamente um papa português (PONTES: 1979, 261-277).

Com a morte de Jaime I neste mesmo ano, Jaime II de Maiorca se viu envolvido numa guerra de grandes proporções com seu irmão (Pedro III de Aragão, 1276-1285 — Pedro III de Aragão também possuía o título condal da

Catalunha, mas aí era Pedro II) que mobilizou as grandes forças políticas de seu tempo: o papado e a coroa francesa. Esta guerra afetou diretamente a existência de Miramar e a vida de Ramon, e, provavelmente, suas idéias a respeito da função, do papel da monarquia e da importância da paz como fator de unidade interna da cristandade.

A querela começou quando Jaime I fez seu testamento (1272) dividindo seu reino entre seus dois filhos (SANTAMARÍA: s/d, 127-130): Jaime recebeu Montpellier, as ilhas Baleares, os condados de Rossillón e Cerdaña e as regiões fronteiriças de Vallespir e Conflent; Pedro ficou com o reino de Aragão, o principado da Catalunha e Valência (GIMÉNEZ SOLER: 1930, 176). Com a morte de Jaime I (1276), Jaime II se coroou rei de Maiorca.

No entanto, Pedro III de Aragão não se conformou com esta divisão e, em 1279, pelo Tratado de Perpignan, obrigou seu irmão Jaime II, pela força das armas, a reconhecer que administrava a ilha na qualidade de “feudatário honrado do conde-rei”, isto é, como vassalo. O estado maiorquino se convertia numa série de distritos territoriais integrados juridicamente à confederação (RIERA: 1977, 199). O ato de Pedro III fazia parte de um plano maior de expansão aragonesa com vistas à hegemonia catalã-aragonesa no Mediterrâneo; as ilhas eram um ponto estratégico para controlar o comércio marítimo (DOMÍNGUEZ REBOIRAS: 1993, 20).

A estas pretensões catalã-aragonesas se opunha a casa real francesa, que por sua vez estava protegida abertamente pelo papado, agora sob sua influência — a partir de Urbano IV (1261-1264), papa francês, o pontificado passou a buscar apoio e proteção da monarquia francesa, pois os graves conflitos entre o pontificado e o império, especialmente na pessoa de Frederico II, levou o papado a se aproximar da França, e também pelo fato de estar sentado no trono francês Luís IX (1223-1226), futuro São Luís (GARCIA VILLOSLADA: 1963, 520).

No mesmo ano do tratado de Perpignan, Lull abandonou Maiorca, só retornando à ilha após a restituição de Jaime II como rei — vinte anos depois —, o que indica claramente sua posição política ao lado de Jaime II contra a imposição de vassalagem por parte de Pedro III — além do fato do papa apoiar Jaime II (DOMÍNGUEZ REBOIRAS: 1993, 36).

A expansão aragonesa prosseguiu (SALABERT: 1970-1971, 17-38), graças à política do papado na Sicília. Para contrabalançar a influência do Sacro Império na Itália, Urbano IV ofereceu a coroa das Duas Sicílias a Carlos de Anjou, conde de Provença, irmão de São Luís IX de França (1226-1270) e tio do então rei da França Filipe III, o Valente (1270-1285). Carlos invadiu a Itália com um exército, não encontrou resistência e foi coroado em 1266.

Com grandes brutalidades, seu exército prosseguiu sua marcha, chegando até Nápoles. Mas a conseqüência desta política papal foi um desastre. Carlos governou o reino da Sicília com um duro sistema de tributação, suspendendo os direitos das corporações e quase paralisando a atividade comercial. A seguir, o imperador Conradino, um jovem de catorze anos e último dos Hohenstaufen, se proclamou rei da Sicília, mas foi derrotado por Carlos em Tagliacozzo (1268) e por ordem sua, degolado na praça do mercado de Nápoles (GARCIA VILLOSLADA: *op. cit.*, 525).

Roger de Lauria, futuro almirante, pediu então o auxílio de Aragão, recordando que Pedro III tinha direitos sobre a coroa da Sicília porque era casado com Constanza, filha do imperador Manfredo. Entrementes, na Páscoa de 1282, a população siciliana se revoltou contra Carlos, após uns desmandos de soldados franceses na porta da Igreja do Espírito Santo, em Palermo.

De 30 de março a 21 de abril de 1282, todos os franceses daquela cidade foram mortos e os sicilianos se proclamaram livres do domínio francês e se entregaram à Santa Fé — as chamadas “Vésperas Sicilianas” (RUNCIMAN: 1957). No entanto, o papa Martinho IV (1281-1285) continuou apoiando Carlos de Anjou e os excomungou.

Assim, os sicilianos voltaram-se para Pedro III de Aragão, oferecendo-lhe a coroa. Segundo as fontes catalãs, Pedro foi recebido como “Deus descendo na Terra” (HILGARTH: 1979, 296). A ilha foi conquistada em 1283, após a derrota de Carlos de Anjou em terra e mar (GARCIA VILLOSLADA: *op. cit.*, 542). Mas Martinho IV interveio: excomungou Pedro III, desobrigou seus súditos do voto de vassalagem e nomeou Carlos de Valois, filho de Filipe III de França (1270-1285), rei da Catalunha.

Com isso, Carlos de Valois invadiu a Catalunha com um exército, com o intuito de ser reconhecido rei — segundo o papa, uma “cruzada santa”, e, por esse motivo, acompanhada de hordas de camponeses, homens, mulheres e crianças que ansiavam pelas bênçãos espirituais próprias das cruzadas, e que retardaram bastante o avanço do exército francês (HILLGARTH: 1979, 300-301). Jaime II viu aí sua oportunidade de recuperar a independência do reino de Maiorca, e permitiu a passagem dos exércitos por Rossillón. No entanto, a resistência de Gerona deu tempo da chegada de Roger de Lauria com uma esquadra, derrotando os angevinos em Malta e no golfo de Nápoles (1284). Na retirada do exército francês após uma epidemia de tifo, morreu o rei francês Filipe III (1285) (DOMÍNGUEZ REBOIRAS: 1993, 20).

No mesmo mês morreu Pedro III de Aragão. Seu filho, Afonso III (1285-1291) impôs seu mando às ilhas de Maiorca e Ibiza (novembro de 1285), e os maiorquinos praticamente não ofereceram resistência (RIERA: 1977, 200).

Afonso III ainda conquistou a ilha de Minorca aos muçulmanos para povoá-la com a “boa gente catalã” (DOMÍNGUEZ REBOIRAS: 1993, 20).

A guerra prosseguiu entre tio e sobrinho, em Rossillón e Ampurdan, por mais treze anos (1282-1295), quando então chegaram a um acordo com a intermediação do papa Bonifácio VIII através do Tratado de Anagni (24/06/1295), “...virtualmente impuestos a los contendientes (Jaime II de Aragón, Jaime II de Mallorca, Filipe IV de Francia, Carlos II de Nápoles) por el papa Bonifacio VIII” (SANTAMARÍA: 1990, 562), graças em parte à morte de Afonso III (1291) e ao caráter mais pacífico do novo rei, seu irmão Jaime II, o Justo (1291-1327, rei de Sicília [1285-1291] e Aragão [1291-1327]).

O tratado de Anagni foi confirmado mais tarde pelo Acordo de Argelès (29/06/1298). Jaime II de Maiorca recuperou a ilha (26/10/1298), mas teve de ratificar o tratado de Perpignan e assim ficar subordinado à coroa de Aragão (MARTÍNEZ FERRANDO: 1979, 63-111).

Durante todo este período em que Jaime II perdeu a ilha, estabeleceu sua corte em Perpignan e Montpellier, cidades que Ramon Llull passou a freqüentar (BADIA: 1986, 200). Já em 1283, Llull se encontrava em Montpellier e, provavelmente entre 1283 e 1287 — quando a *Vida* coetânea retoma a narrativa — Ramon não retornou a Maiorca (apenas com uma breve visita em 1294 para ver seu filho), só voltando à ilha cerca de um ano após a restituição de Jaime II como rei (1299). O período que a *Vida Coetânea* omite corresponde aos anos 1276-1287, entre os 44 e 55 anos de idade de Ramon e justamente no início da guerra entre Aragão e a França (*Vida Coetânea*, 17-18).

No entanto, apesar desta forte ligação política, o fato de Jaime II ter perdido as Baleares provavelmente fez com que Llull considerasse a possibilidade de estar sob a proteção de outro rei, e é possível que sua primeira viagem a Paris (1287) tenha sido com esse intuito, além, é claro, de solicitar a Filipe, o Belo (1285-1314, n.1268) que estabelecesse outros colégios na França à semelhança de Miramar, onde missionários pudessem aprender as línguas orientais com o propósito de converter os infiéis (HILGARTH: 1971, 50). Considero importante ressaltar que o único lugar não-mediterrâneo que Llull visitou foi Paris. Anthony Bonner percebeu bem essa característica de suas viagens

...si traçam una línia (un poc tortuosa, per cert) des de París, passant per Montpellier i Mallorca fins a Bugia en Àfrica del Nord, les úniques vegades d'ara endavant que viatjaria a l'oest d'aqueixa línia serà per a una breu visita a Barcelona en 1294, per a una estada a Perpinyà i Barcelona en 1299, i per a un parell de mesos a Barcelona en 1305. És evident que la Península Ibèrica no va jugar gaire paper en la vida posterior de Ramon Llull. (BONNER: OS, 29).

Este é um fator também determinante em sua visão política mediterrânea exposta na *Árvore Imperial*. Por outro lado, o rei de França era aliado de Jaime II de Maiorca (além de ser seu sobrinho) e inimigo do rei de Aragão, o que indica mais uma vez sua estreita ligação com Jaime II de Maiorca.

Durante praticamente todo o século XIII, a monarquia aragonesa viu-se envolvida em constantes choques com a nobreza de Aragão e Catalunha (1226-1227, 1264), por vezes aliadas com as oligarquias urbanas, especialmente de Huesca e Zaragoza. Estas oligarquias exigiam da monarquia um maior respeito às suas prerrogativas de grandes senhores de terras, e acusavam o monarca de apoiar expressivamente as vilas do reino em detrimento da aristocracia.

Quando da excomunhão de Pedro III (por ter conquistado a Sicília), as oligarquias se revoltaram (*La Unión*) exigindo principalmente um foralismo aristocratizante e se opondo ao nomeamento de funcionários reais “estrangeiros” (catalães ou sicilianos) em Aragão (HILGARTH: 1979, 298). Pedro III ainda assumiu o compromisso de reunir cortes uma vez por ano, celebradas pela primeira vez em 1283-1284 (Valência e Barcelona). Em 1287, estes unionistas provocaram uma guerra civil e obtiveram de Afonso III os chamados *Privilegios de la Unión* (GONZÁLEZ ANTÓN: 1992, 175-176).

Voltemos à guerra e à posição de Ramon Llull. Após a morte de Pedro III (1285) e à subida ao trono de Aragão de Jaime II, o Justo, a atitude de Llull mudou. Ramon estabeleceu uma relação bastante amistosa com este rei, inclusive dedicando-lhe mais tarde duas obras, *Dictat de Ramon y Libre de oracions*, ambas escritas em Barcelona no ano de 1299 (ROL: t. XIX, 1993, 327-406 e 436-455). A obra *Dictat de Ramon* também foi dedicada a São Luís de França. Provavelmente Ramon foi influenciado pela recente canonização do rei pelo papa Bonifácio VIII, em 1297 (HILGARTH: 1971, 50). Por sua vez, Jaime II de Aragão concedeu a Ramon (30 de outubro de 1299) uma permissão de pregar em mesquitas e sinagogas de seu reino e às ilhas Baleares — Jaime II de Maiorca era nesse momento vassalo do rei de Aragão (DOMÍNGUEZ REBOIRAS: 1996, 50).

Esta aproximação provavelmente se deve ao fato de Jaime II de Aragão ter tido desde o início de seu governo um posição mais moderada em relação ao conflito com seu tio, Jaime II de Maiorca, fato que contribuiu para o fim da guerra, inclusive com preocupações de estabelecer a paz com o reino nazari de Granada (ESTAL: 1994, 71-77).

É bastante difícil analisar a aproximação de Ramon com Jaime II de Aragão justamente no momento em que seu amigo e protetor Jaime II de Maiorca obteve a ilha de volta, em 1298 (DOMÍNGUEZ REBOIRAS: 1996, 52). Uma possível explicação pode ser uma tentativa por parte de Ramon Llull de

manter vivo o mosteiro de Miramar. Embora Miramar tenha deixado de existir provavelmente em 1295 (DOMÍNGUEZ REBOIRAS: 1993, 56) — principalmente pelo fato de Ramon ter abandonado Maiorca em 1279, três anos depois de sua fundação e a falta de meios econômicos, já que Jaime II de Maiorca havia perdido a ilha — Ramon ainda tentou junto a Jaime II de Aragão manter o mosteiro vivo. Isto está claro na doação de 10 de fevereiro de 1291, onde Jaime II de Aragão concedia 5.000 soldos anuais ao mosteiro, outorgada por seu irmão Afonso, em Valência (GARCÍAS PALOU: 1977, 250).

De qualquer modo, é importante ressaltar que toda esta atividade de Ramon junto aos príncipes ibéricos de Aragão e Maiorca não significa que ele tenha se envolvido diretamente neste conflito dinástico. Ramon Llull possuía uma visão mais universalista dos problemas políticos de seu tempo, e isto se reflete claramente na redação da *Árvore Imperial* (1288-1289).

Fernando Domínguez percebeu a visão global que Ramon Llull tinha de seu projetos políticos: “Ramon Llull era enemigo de todo particularismo (...) Una política que atiende sólo a los intereses inmediatos y accidentales de la civitas está en peligro de muerte (...) Por culpa de esos politiqueos de cortas miras está la cristiandad arruinada...” (DOMÍNGUEZ REBOIRAS: 1986, 428-429). Sua perspectiva é mais ampla, acima de quaisquer particularismos políticos, e seu projeto de reforma abarca toda a sociedade cristã de seu tempo (DOMÍNGUEZ REBOIRAS: 1993, 38).

Considero que, quando Ramon emergiu na cena européia nos anos 1286-1287 indo à cúria romana e à Paris, sua visão da monarquia e do príncipe de seu tempo já estavam consolidadas. Era já um homem velho para os padrões medievais — contava cerca de 54 anos — e em várias passagens de suas obras já se manifestara sua preocupação com as virtudes e os vícios, o poder real e sua relação com os súditos. No entanto, apenas com a redação da *Árvore da Ciência* (e pela própria característica enciclopédica da obra) seu pensamento político tomou uma forma mais sistemática (no capítulo intitulado *Árvore Imperial*).

\*\*\*

## Fontes

Jaume I. *Crònica o Llibre dels feits* (a cura de Ferran Soldevila). Barcelona: Edicions 62, 1982.

Ramon Llull. *Vida Coetània*.

## Bibliografia

ABULAFIA, David. “El comercio y el reino de Mallorca, 1150-1450”. In: ABULAFIA, David e GARÍ, Blanca (dir.). *En las costas del Mediterráneo Occidental. Las ciudades de la Península Ibérica y del reino de Mallorca y el comercio mediterráneo en la Edad Media*. Barcelona: Ediciones Omega S. A. 1997, pp. 115-154.

BADIA, Lola i BONNER, Anthony. “Cronologia de Ramon Llull”. In: *Randa 19. Lògica, ciència, mística i literatura en l'obra de Ramon Llull*. Barcelona: Curial, 1986.

BONNER, Antoni. “Ambient Històric i Vida de Ramon Llull”. In: *OS*, vol. I, p. 04.

CATEURA BENNÀSSER, Pau. *Mallorca en el segle XIII*. Mallorca: El Tall Editorial, 1997.

DOMÍNGUEZ REBOIRAS, Fernando. “In civitate pisana, in Monasterio Sancti Domnini: algunas observaciones sobre la estancia de Ramon Llull en Pisa (1307-1308)”. In: *Traditio. Studies in Ancient and Medieval History, Thought, and Religion*. New York: Fordham University Press, 1986.

DOMÍNGUEZ REBOIRAS, Fernando. “Introducción General. La vida de Ramon Llull alrededor del año 1300”. In: *ROL*, tom. XIX, 1993, p. XXIV-XXVII.

DOMÍNGUEZ REBOIRAS, Fernando. “El Dictat de Ramon y el Coment del Dictat. Texto y contexto”. In: *SL*, 1996.

DUFOURCQ, Charles-Emmanuel. *L'Espagne Catalane et le Maghrib aux XIII et XIV siècles. De la bataille de Las Navas de Tolosa (1212) à l'avènement du sultan mérinide Abou-l-Hasan (1331)*. Paris: Presses Universitaires de France, 1966.

ENGELS, Odilo. “El rey Jaime I de Aragon y la política internacional del siglo XIII”. In: *Jaime I y su epoca. X Congreso de Historia de la Corona de Aragón. Zaragoza*. Institucion “Fernando el Catolico, 1979.

ESTAL, Juan Manuel del. “Reafirmación de Jaime II en su política de paz con el reino nazarí de Granada (Junio 1298)”. In: *Miscel·lània de Textos Medievales* 7, 1994, pp. 71-77.

GARCÍAS PALOU, Sebastian. *El Miramar de Ramon Llull*. Palma de Mallorca: Instituto de Estudios Baleáricos. Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1977.

GARCIA VILLOSLADA, Ricardo. *Historia de la Iglesia Católica II. Edad Media (800-1303)*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos (BAC), 1963.

- GIMÉNEZ SOLER, A. *La Edad Media en la Corona de Aragón*. Barcelona, 1930.
- GONZÁLEZ ANTÓN, Luis. “El reino de Aragon durante los siglos XIII y XIV”. In: *Historia de Aragon. I. Generalidades. Resumen de las lecciones impartidas en el Curso 1986-1987*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 1992, p. 175-176.
- HILLGARTH, J. N. *Ramon Lull and Lullism in Fourteenth-Century France*. Oxford: Clarendon Press, 1971.
- HILLGARTH, J. N. *Los reinos hispánicos, 1250-1516. Vol. I, 1250-1410: Un equilibrio precario*. Barcelona-Buenos Aires-México: Ediciones Grijalbo, 1979.
- HILLGARTH, J. N. *El problema d'un imperi mediterrani català, 1229-1327*. Palma de Mallorca: Editorial Moll, 1984.
- HILLGARTH, J. N. “Vida i Importància de Ramon Llull en el context del segle XIII”. In: *Anuario de Estudios Medievales 26*. Barcelona: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1996.
- MARTÍNEZ FERRANDO, J. E. *La trágica història dels reis de Mallorca*. Barcelona, 1979.
- NELLI, René. *Os cátaros*. Lisboa: Edições 70, 1980.
- PONTES, J. M. da Cruz. “Miramar en sus relaciones con Portugal y el lulismo medieval portugués”. In: *Actas del II Congreso Internacional de Lulismo*. Palma de Maiorca: Maioricensis Schola Lullistica, vol. I, 1979, pp. 261-277.
- RIERA, Antonio. “Mallorca 1298-1311, un ejemplo de planificación económica en la época de plena expansión”. In: *Estudios Históricos y documentos de los Archivos de Protocolos V. Miscelánea en honor de Josep Maria Madurell i Marimon*. Barcelona, 1977.
- RIQUER, Martín de. *Història de la literatura catalana*. Barcelona: Edicions Ariel, 1964, vol. I.
- RIQUER, Martín de. “El mundo cultural en la Corona de Aragon con Jaime I”. In: *Jaime I y su época*. X Congreso de Historia de la Corona de Aragón.
- RUNCIMAN, Steven. *The Sicilian Vespers*. Cambridge, 1957.
- SALABERT, V. “La expansión catalano-aragonesa por el Mediterráneo en el siglo XIV”. In: *Anuario de estudios medievales 7*, 1970-1971, pp. 17-38.
- SANTAMARÍA, Álvaro. “La expansión político-militar de la Corona de Aragón bajo la dirección de Jaime I: Baleares”. In: *Jaime I y su época*. X Congreso de Historia de la Corona de Aragon. Zaragoza: Institucion “Fernando el Catolico, 1979.
- SANTAMARÍA, Álvaro. “Creacion de la corona de Mallorca: las disposiciones testamentarias de Jaime I”. In: *Mayurqa 19*. Universitat Palma de Mallorca, Facultat de Filosofia i Lletres, p. 127-130.
- SANTAMARÍA, Álvaro. *Ejecutoria del Reino de Mallorca*. Mallorca: Ajuntament de Palma, 1990.
- WATT, W. Montgomery. *Historia de la España Islámica*. Madrid, 1974.